

NOTAS EXPLICATIVAS

**CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO
DO PARANÁ - CAU/PR**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021**

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PARANÁ - CAU/PR

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Balanco financeiro

Balanco orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020, DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO PARANÁ - CAU/PR

1. Informações Gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná - CAU/PR, criado pela Lei nº 12.378/2010 tem como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado à Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas em seu Regimento Interno. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado na Av. Nossa Senhora da Luz, 2530 - Alto da XV - Curitiba/PR.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 01/14, e Portaria STN nº 700 de 10/12/2014, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 17

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) **Implantação de política contábil em 2017** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PR procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2021.
- b) **Base de mensuração** - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2021.
- c) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/PR, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

d) Reflexo patrimonial comparativo

	2021	2020
Créditos de Anuidades	6.653.718,40	5.666.064,63
(-) Perdas de Devedores Duvidosos	(4.587.512,09)	(3.120.484,82)

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES DA PDD

a) No exercício de 2019 houve uma mudança de critério sugerida pelo CAU/BR para não mais utilizar a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores, e sim realizar os acréscimos ou decréscimos das PDDs contra as contas dos grupos da VPA e VPD, conforme o caso.

CONSTITUIÇÃO PDD - 2012 a 2020

- a. Para os exercícios entre 2012 a 2019, os saldos dos créditos de anuidades para a constituição da PDD foram subdivididos da seguinte forma; R\$ 1.545.926,91 referente a anuidades recebidas de pessoa física em 81,6% e R\$ 1.551,277,00 referente a anuidades recebidas de pessoa jurídica em 92,4%.
- b. Para o exercício de 2020 os saldos dos créditos de anuidades para a constituição da PDD foram subdivididos da seguinte forma; R\$ 923.282,46 referente a anuidades recebidas de pessoa física em 81,6% e R\$ 567.025,73 referente a anuidades recebidas de pessoa jurídica em 92,4%.
- c. No exercício de 2021 houve um incremento da PDD no valor de R\$ 1.467.027,27 lançados com Variação Patrimonial Diminutiva nas seguintes contas Provisão para Perdas de Créditos de Anuidades PF no valor de R\$ 885.926,93 e na conta Provisão para Perdas de Créditos de Anuidades PJ no valor de R\$ 581.100,34.
- d. O valor da PDD resultou no valor de R\$ 4.587.512,10 referente a anuidades recebidas subdivididas entre de pessoas físicas R\$ 2.469.209,37 em 81,6% dos valores a receber dos exercícios de 2012 à 2020 e pessoas jurídicas R\$ 2.118.302,72 em 92,4% dos valores a receber de 2012 à 2020.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “*impairment*”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

O CAU/PR segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>	<u>Valor residual</u>
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	0	0%
Obras de arte	0	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 13.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/PR procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2020.

Base de mensuração - O CAU/PR adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

Reflexo patrimonial comparativo

	2021	2020
Provisões para Riscos Cíveis a Curto Prazo	(99.150,51)	(65.642,50)
Provisões para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo	(90.000,00)	(211.959,89)
Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo	-	-
Provisões para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	-	-
Total	189.150,51	277.602,39

Do montante da provisão de R\$ 211.959,89 do exercício de 2020, em 2021 foi efetuado indenização trabalhista no valor de R\$ 121.959,89, restando R\$ 90.000,00 para as Provisões de Riscos Trabalhistas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

a Curto Prazo. Por prudência, no exercício de 2021 adotamos o acompanhamento mais efetivo das ações e conforme a necessidade, a atualização dos valores e status dos processos passam a ser registrados semestralmente. Diante disto, foi lançado no encerramento do 1 Semestre Contábil de 2021 a inclusão de mais duas ações que somam R\$ 6.000,00 e ainda atualização de valores em ações já previstas no valor de R\$ 681,42, conforme informações repassadas pelo Setor Jurídico do CAU/PR. Em 2021, ainda foram registrados os pagamentos de 2 ações Judiciais Cíveis que somam o valor de R\$ 3.668,68 e incluídas novas ações previstas sendo adicionado R\$ 30.496,67 à conta de Provisões de Outras Ações Judiciais.

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

RESULTADO PATRIMONIAL 2021	
Variação Patrimonial Aumentativa	13.936,657,87
(-)Variação Patrimonial Diminutiva	R\$ (12.189,380,34)
RESULTADO PATRIMONIAL EFETIVO 2021	
Superávit Patrimonial	R\$ 1.747,277,53

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) **Risco de Crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

- i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e
- ii) com relação a contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

- b) **Risco de mercado:** O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.
- c) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Caixa	R\$ 2.791,99	R\$ 3.021,02
Banco conta movimento	R\$ -	334,98
Aplicações financeiras	R\$ 17.339.420,51	R\$ 15.072.267,26
	R\$ 17.342.212,50	R\$ 15.075.288,28

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

Créditos de curto prazo

	2021	2020
Créditos de anuidades do exercício	R\$ 2.480.809,29	R\$ 2.399.468,84
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	R\$ 4.172.909,11	R\$ 3.266.595,79
(-) Provisão para devedores duvidosos	(4.587.512,09)	(3.120.484,82)
	R\$ 2.066.206,31	R\$ 2.545.579,81

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

	2021	2020
Depósito Fiança	8.700,00	8.700,00
Tributos a Recuperar	1.088,90	1.088,90
Depósitos Judiciais	10.059,15	9.189,00
Cota Parte CAU/BR	4.497,33	127,21
	24.345,38	19.105,11

Os créditos acima, referem-se as contas transitórias com compensação nos meses subsequentes, são contas de adiantamento.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

8. Estoques

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Material de escritório	0,00	0,00
Material de limpeza	0,00	0,00
Outros materiais	0,00	0,00
	<u>-</u>	<u>-</u>

9. Créditos a Longo Prazo

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Créditos de anuidades em Dívida Ativa Administrativa	-3.555,37	9.130,91
Créditos de anuidades em Dívida Ativa Judicial	1.149.173,55	804.749,31
(-) Provisão para devedores duvidosos	(4.587.512,09)	(3.120.484,82)
	<u>(3.441.893,91)</u>	<u>(2.306.604,60)</u>

No exercício de 2021 foram inscritos em Dívida Ativa Administrativa, os profissionais e as empresas que ficaram inadimplentes no exercício entre 2014 e 2018 no valor total de R\$ 417.252,48 subdivididos em R\$ 230.604,15 para os valores de anuidades de Pessoa Física e R\$ 186.648,33 para os valores de anuidades de Pessoa Jurídica, e também foram inscritos em Dívida Ativa Executiva, os profissionais e empresas provenientes inadimplentes ao exercício de 2014 à 2018 no valor total R\$ 417.252,48 subdivididos em R\$ 230.604,15 para os valores de anuidades de Pessoa Física e R\$ 186.648,33 para os valores de anuidades de Pessoa Jurídica.

Receitas não identificadas

No encerramento do exercício de 2021 a conta de Receitas não Identificadas - 6.2.1.2.1.08.04.01 - teve em seu saldo contábil o valor total R\$ 34.610,85, sendo basicamente constituída pelas seguintes origens:

- 1) O valor de R\$ 16.627,39, são provenientes da baixa de receitas do Sistema SICCAU x Banco do Brasil, que em consequência de várias inconsistências apresentadas pelo sistema, envolvendo todos os estados durante o exercício, passamos, conforme orientação técnica do CAU/BR, a fazer os lançamentos nesta conta de Receitas não Identificadas, para posterior reclassificação contábil assim que as informações fossem atualizadas. No entanto, devido a uma série de

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

elementos necessários para a identificação das entradas financeiras, naquele período não obtivemos êxito na reclassificação dos valores de forma integral, porém, caso seja possível, procederemos com novas revisões e atualizações contábeis.

- 2) O saldo restante é basicamente composto por entradas com transferência involuntárias ou depositados/transferidos por terceiros direto na conta corrente do CAU/PR, e que em sua maioria refere-se a acordos de dívida ativa e honorários de sucumbência, e ao registrar a receita e os dados do depositante, indicamos ao beneficiário o procedimento correto de acordo com a legislação, para baixa contábil e alimentar as informações no Sistema SICCAU.

10. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2021	2020
Imóveis	4.587.075,58	0,00	4.589.475,58	4.587.075,58
Instalações	126.780,14	(101.879,35)	24.900,79	37.814,60
Veículos	365.928,00	(279.344,96)	86.583,04	128.343,75
Móveis e utensílios	220.282,82	(119.226,03)	101.056,79	112.363,19
Equipamento de Informática	554.694,01	(469.108,16)	190.018,97	137.866,20
Obras em Andamento	0,00	(0,00)	0,00	0,00
Máquinas e Equipamentos/Outros	298.233,55	(235.634,59)	62.598,9	84.203,64
Total	6.152.994,10	(1.205.193,09)	5.054.634,07	5.087.666,96

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31.12.2020	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2021
Imoveis	4.587.075,58	2.400,00	-	-	4.589.475,58
Instalações	37.814,60	-	-	12.913,81	24.900,79
Veiculos	128.343,75	-	-	41.760,71	86.583,04
Moveis e utensilios	112.363,19	-	-	11.306,40	101.056,79
Maquinas e Equipamentos/Outros	87.518,64	-	-	52.280,35	35.238,29
Equip. de informatica/Audio e Video	134.551,20	104.433,12	-	21.604,74	217.379,58
Obras em andamento	-	-	-	-	-
Total	5.087.666,96	106.833,12	-	139.866,01	5.054.634,07

11. Intangível

	2021	2020
Softwares	19.242,53	27.949,39
Outros intangíveis	-	-
Total	19.242,53	27.949,39

Movimentação:

Descrição	31/12/2020	Adições	Baixa	Amortização	31/12/2021
Software	27.949,39	0,00	0,00	(8.706,84)	19.242,53
Total	27.949,39	0,00	0,00	(8.706,84)	19.242,53

12. Fornecedores a pagar

	2021	2021
Folha de Pagamento	165.515,90	
Prestação de serviço	5.452,92	6.621,48
Fornecedor de materiais		
Outros fornecedores/diárias	2.793,00	
Encargos Sociais	45.242,60	
Total	219.004,42	6.621,48

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Restos a pagar processados de serviços de água, energia elétrica da Sede e Regionais do CAU/PR e folha de pagamento e encargos sociais referente ao acordo coletivo de 2021 para pagamento no exercício de 2022.

3. Obrigações e Repartição a Outros

Descrição	<u>2021</u>	<u>2020</u>
CAU - Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil	0,00	0,00
Honorários Advocatícios	14.799,70	1.621,59
Total	<u>14.799,70</u>	<u>1.621,59</u>

14. Provisões a Curto Prazo

Descrição	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Férias	664.719,46	541.183,47
INSS	142.264,26	114.931,54
FGTS	52.935,27	42.764,88
PIS/PASEP	6.616,95	5.345,65
Total	<u>866.535,94</u>	<u>704.225,54</u>

Provisões de férias e encargos acumulados no exercício para pagamento e baixa em exercícios seguintes.

15. Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição	<u>2021</u>	<u>2020</u>
INSS	304,85	317,95
IRRF	0,78	-
ISS	42,00	-
IRRF/COFINS/CLSS/PIS A RECOLHER	23,82	28,95
Depósitos Judiciais	17.337,41	9.430,40
Outros Valores Restituíveis	628,60	628,60
Receita a Classificar com Registro	-	-
Total	<u>18.337,46</u>	<u>1.005,07</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

16. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, estão assim representadas:

	2021	2020
Trabalhistas	90.000,00	211.959,89
Cíveis	99.150,51	65.642,50
	189.150,51	277.602,39

	2021	2020
Trabalhistas a Curto Prazo	90.000,00	211.959,89
Total a Curto Prazo	90.000,00	211.959,89
Trabalhistas a Longo Prazo	-	-
Total a Longo Prazo	-	-
Total das Provisões Trabalhista	90.000,00	211.959,89

A movimentação da provisão do exercício de 2021 efetuada em 31/12/2021, está demonstrada a seguir conforme relatórios dos advogados:

	2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2021
Tributários A Curto Prazo	-	-	-	-	-	-
Tributários A Longo Prazo	-	-	-	-	-	-
Trabalhistas A Curto Prazo	211.959,89	-	-	- 121.959,89	-	90.000,00
Trabalhistas A Longo Prazo	-	-	-	-	-	-
Cíveis A Curto Prazo	65.642,50	36.496,27	-	- 3.669,68	681,42	99.150,51
Cíveis A Longo Prazo	-	-	-	-	-	-
Total	277.602,39	36.496,27	-	- 125.629,57	681,42	189.150,51

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável.

Provisão para Riscos Trabalhistas a Curto Prazo

O conselho figura em 1 ação trabalhista provável de ex-funcionário sendo constituído provisão para contingências dos autos:

- 1) Nº 0000252-75.2017.5.09.0084 - Provisão de contingências R\$ 90.000,00

Totalizando R\$ 90.000,00

Outras Provisões de Ações Judiciais a Curto Prazo

O conselho figura em ações cíveis prováveis sendo constituído provisão para contingências dos autos conforme informações repassadas pelo Setor Jurídico do Conselho.

- 1) Nº 5034514-03.2014.4.04.7000 - Provisão de contingências R\$ 1.000,00
- 2) Nº 5057898-19.2019.4.04.7000 - Provisão de contingências R\$ 50.000,00
- 3) Nº 5002416-87.2018.4.04.7011 - Provisão de contingências R\$ 2.618,00
- 4) Nº 5025445-34.2020.4.04.7000 - Provisão de contingências R\$ 7.145,37
- 5) Nº 5025963-24.2020.4.04.7000 - Provisão de contingências R\$ 4.879,13
- 6) Nº 5038868-95.2019.4.04.7000 - Provisão de contingências R\$ 1.000,00
- 7) Nº 5040009-18.2020.4.04.7000 - Provisão de contingências R\$ 2.000,00
- 8) Nº 5008183-37.2021.4.04.7000 - Provisão de contingências R\$ 5.801,69
- 9) Nº 5085821-49.2021.4.04.7000 - Provisão de contingências R\$ 2.350,80
- 10) Nº 5003770-75.2021.4.04.7000 - Provisão de contingências R\$ 4.949,69
- 11) Nº 5039416-86.2020.4.04.7000 - Provisão de contingências R\$ 1.000,00
- 12) Nº 5006464-20.2021.4.04.7000 - Provisão de contingências R\$ 4.802,45
- 13) Nº 5064676-34.2021.4.04.7000 - Provisão de contingências R\$ 5.801,69
- 14) Nº 5076611-71.2021.4.04.7000 - Provisão de contingências R\$ 5.801,69

Totalizando R\$ 99.150,51

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Indenizações Trabalhistas em 2021

No exercício de 2021 o CAU/PR efetuou 1 pagamentos de reclamações trabalhistas de ex-funcionários conforme autos a seguir:

Nº 0002300-94.2015.5.09.0013 - R\$ 121.959,89

Indenizações de Outras Ações Judiciais a Curto Prazo

No exercício de 2021 o CAU/PR efetuou 2 pagamentos de outras ações judiciais conforme os autos a seguir:

Nº 5034514-03.2014.4.04.7000 - R\$ 1.523,03

Nº 5038868-95.2019.4.04.7000/PR - R\$ 2.146,65

Indenizações em decorrência do Incêndio ocorrido na Regional do CAU/PR na Cidade de Londrina no ano de 2020

No exercício de 2021 o CAU/PR efetuou 3 pagamentos indenizatórios referente aos imóveis de terceiros atingidos pelo Incêndio ocorrido na Regional de Londrina no exercício de 2020, conforme segue abaixo:

- 1) Agenzie Com. de Confecções Ltda - Valor da Indenização - R\$ 47.493,56
- 2) Alana Nunes Lemes Barbosa - Valor da Indenização - R\$ 10.251,68
- 3) Londix - Participação e Investimento LTDA - R\$ 55.915,44

Depósitos Judiciais

Depósitos para Recursos Judiciais: Registra os depósitos efetuados por determinação judicial para interposição de recursos junto à Justiça, que tenham recuperação após o término do exercício seguinte. O saldo apresentado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 10.059,15 referente à ação Nº Processo 00002527520175090084

Processos Classificados como Possíveis

Os processos trabalhistas, cuja classificação está avaliada como de execução possível, com estimativa total de R\$ 1.160.463,82, conforme processos abaixo:

- 1) Autos n 0000774-97.2020.5.09.0084 - R\$ 463.693,33
- 2) Autos n 0000137-94.2020.5.09.0651 - R\$ 30.215,38
- 3) Autos n 0000086-78.2020.5.09.0006 - R\$ 352.589,73
- 4) Autos n 0000623-59.2020.5.09.0011 - R\$ 313.965,38

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

17. Patrimônio Líquido

Descrição	2021	2020
Superávit ou Déficit do Exercício	1.747.277,53	3.210.392,13
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteri	22.614.703,91	18.654.311,78
Ajustes de Exercícios Anteriores	- 1.621,59	750.000,00
Patrimônio Líquido	24.360.359,85	22.614.703,91

18. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2021 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/PR, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2021 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

19. Despesas por natureza

Classificação	2021	2020
Despesa com Pessoal	7.171.370,26	5.982.642,39
Despesa Uso de Material de Consumo e Serviços	2.067.063,6	2.067.063,6
Depreciação, Amortização e Exaustão	148.572,81	157.448,29
Transferências Intragovernamentais	1.112.289,48	508.013,04
Redução a Valor Recuperável a Ajustes para Perdas	1.467.027,27	473.961,29
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	37.177,76	201.606,00
Total	12.003.501,18	9.390.734,61

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

20. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2021	2020
Variação Patrimonial Aumentativa (Receita)	13.919.340,86	12.720.743,00
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	- 12.189.380,34	- 9.510.350,87
(=) Superávit Patrimonial apurado	1.729.960,52	3.210.392,13
Resultado Orçamentário	2021	2020
Receita Orçamentária Arrecadada	12.615.644,55	11.440.515,41
(-) Despesas Empenhadas	- 11.071.833,81	- 8.601.553,66
(=) Superávit Orçamentário Apurado	1.543.810,74	2.838.961,75
Resultado Financeiro	2021	2020
Saldo Disponível Apurado	17.352.271,65	15.084.812,26
(-) Passivo Financeiro	- 1.767.903,62	- 1.197.474,21
(=) Superávit Financeiro Apurado	15.584.368,03	13.887.338,05

21. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2021, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	11.030.000,00
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 8 veículos	346.374,00
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	
		11.376.374,00

22. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

23. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequente significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Curitiba/PR, 23 de março de 2021.

MILTON CARLOS ZANELATO GONÇALVES
PRESIDENTE CAU/PR
CAU-A52736-0
023.850.259-73

PIERRE ALBERT BONNEVIALLE
CONTADOR CAU/PR
CRC-PR-067.936/O-1
024.811.199-08